

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – É com muita honra que anunciamos a presença, em nosso plenário, do Líder político do Estado do Maranhão, ex-Deputado Federal e ex-Senador Chiquinho Escórcio. Ele tem um dos projetos mais inteligentes sobre o Estado do Planalto Central, e é muito bom avaliarmos isso neste momento que vive o Distrito Federal. É o Estado do Planalto Central.

Convidamos agora, como Líder do Governo, o Senador Valdir Raupp. Ele é de Rondônia e do PMDB. Foi sob sua liderança que o PMDB cresceu muito no Brasil.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pela Liderança do Governo. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, V. Ex^a está querendo que eu tome o lugar do Senador Romero Jucá me anunciando como Líder do Governo. Aliás, eu sou Vice-Líder do Governo no Congresso Nacional e Vice-Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – E Vice-Presidente do PMDB.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Também. Mas como vice não manda muita coisa...

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, solicitei a minha inscrição para subir à tribuna na tarde de hoje com o objetivo de abordar um tema que, apesar da sua importância, é do conhecimento de relativamente poucos. Refiro-me, Sr. Presidente, às normas fixadas pela Convenção das Nações Unidas sobre a Compra e Venda Internacional de Mercadorias (Cisg). Essa é a sigla. Esse documento, também conhecido como Convenção de Viena, foi celebrado em 1980 e entrou em vigor há pouco mais de 20 anos. Para os Estados signatários, ele estabelece regras uniformes sobre a venda internacional de mercadorias, criando uma base jurídica comum entre eles.

Trata-se de um documento de suma importância na resolução de eventuais litígios envolvendo contratos internacionais, ao qual já aderiram 74 países, que representam cerca de 75% do comércio internacional brasileiro; países como os Estados Unidos, a China e os membros do Mercosul. Apesar disso, o Brasil é um dos poucos países importantes do mundo que ainda está à margem do direito uniforme criado pela Convenção de Viena.

Em razão disso, recentemente, o Departamento de Direito da PUC-Rio e o Ramo Brasileiro da International Law Association realizaram, no Rio de Janeiro, um Seminário Internacional sobre a Convenção de Viena, cuja principal conclusão foi a necessidade de o empresariado nacional e a comunidade acadêmica

sensibilizarem o Governo para que o Brasil possa aderir a essa Convenção.

A esse respeito, inclusive, cumpre dizer, Sr^{as} e Srs. Senadores, que já existe uma notícia alentadora. No final do ano passado, o Conselho de Ministros da Câmara de Comércio Exterior (Camex) autorizou o Ministério das Relações Exteriores a encaminhar ao Congresso Nacional proposta de adesão do Brasil à Convenção de Viena. Agora, a proposta da Camex será analisada pela Consultoria Jurídica do Itamaraty, que, após os devidos trâmites naquele Ministério, poderá remeter o documento para a apreciação do Senado e da Câmara dos Deputados.

Fico feliz que tenha havido essa sensibilização por parte da Camex, porque, de fato, existem altíssimos custos jurídicos envolvidos nas transações internacionais, custos esses que, muitas vezes, não são percebidos pelos empresários na hora de fechar um negócio. Somente quando precisam executar o contrato por falta de cumprimento ou por algum outro litígio é que vem a dor de cabeça que pode ocorrer numa situação dessas. Isso porque, como sabem V. Ex^{as}, nesses casos o grande dilema a resolver é qual o direito que será aplicado, questão objeto de estudo do Direito Internacional Privado.

Se, por exemplo, ocorresse um litígio entre os exportadores de minério de ferro da Austrália e os importadores chineses e não houvesse a Convenção de Viena, da qual ambos os países são signatários, a grande questão seria saber qual o Direito a aplicar: o australiano ou o chinês. Entretanto, como a China e a Austrália são signatários da Convenção, a controvérsia seria relativamente simples e muito menos onerosa, uma vez que existe um direito uniforme aplicável ao contrato e aceito por ambas as partes. Contudo, se um caso dessa natureza envolvesse importadores ou exportadores brasileiros, a situação seria bem diferente, porque o Brasil não é membro da Convenção de Viena, e teríamos de recorrer às normas do Direito Internacional Privado para solucionar o conflito.

Mas a Convenção não é útil apenas para dirimir dúvidas em um eventual conflito. Ela também é utilizada na formação do contrato – que pode ser entre presentes, por fax ou por meio eletrônico. Ela também estabelece as obrigações do vendedor e as do comprador e prevê as hipóteses de quebra de contrato.

Por todos esses motivos, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Convenção de Viena é de suma importância. Podemos mesmo dizer que ela constitui uma “barreira não tarifária” nos dias de hoje, fazendo com que muitos países evitem fazer negócios com nações não signatárias da referida Convenção.

Tive a curiosidade de ver a lista dos países-membros da Convenção de Viena, Sr. Presidente, e lá estão, por exemplo, países sem nenhuma expressão econômica no comércio mundial, como a Albânia, Burundi, Uzbequistão e Mauritània. Por outro lado, lá também estão os principais líderes do comércio mundial, como o Japão, a China, os Estados Unidos e a Alemanha.

Então, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é inconcebível que um país com as dimensões e com o peso do Brasil fique de fora de um instrumento jurídico internacional tão importante como a Convenção de Viena.

Vejo-o, aliás, como um elemento fundamental para dinamizar nossas relações internacionais, encorajando os empreendedores a firmarem novos negócios em benefício do povo brasileiro.

Faço, portanto, um apelo ao Ministro Celso Amorim, pessoa de grande sensibilidade e que muito admiro, para que acolha prontamente as sugestões apresentadas pela Camex e envie o assunto para ser apreciado no Congresso Nacional o mais rapidamente possível. Tenho a mais absoluta certeza de que todos sairão ganhando com essa importante medida, que deve ser uma decisão do Estado brasileiro.

Sr. Presidente, espero sinceramente que o Governo brasileiro tome todas as providências necessárias. E nós aqui do Congresso Nacional – Senado e Câmara, Câmara e Senado – estaremos prontos para apreciar essa matéria com a maior agilidade possível.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Antes de encerrar, queria apenas agradecer à cidade de Picos, que nos recebeu de maneira carinhosa nesse fim de semana. Eu e minha esposa Adalgisa fomos lá, para participar do casamento da filha do médico Dr. José Luiz. Chamo aquela importante cidade do Piauí de “a São Paulo do Piauí”, a cidade que mais trabalha.

Tivemos um encontro com o Partido Social Cristão. E, na volta, assistimos à missa, no domingo, na cidade de Monsenhor Gil, e ficamos encantados. Conhecemos a religiosidade do povo daquela cidade, a sua fé cristã. O representante de Deus que lá está é o Padre Fábio, que é baiano, que é um homem de extraordinária oratória e que se iguala a Padre Antonio Vieira. Ele tem o dom da musicalidade, de tal maneira que, hoje, encanta e engrandece a Igreja de Monsenhor Gil. A eles nossos agradecimentos pela maneira gentil com que fomos tratados, eu e Adalgisa, na Catedral de Monsenhor Gil.

Para encerrar, fazemos um convite do Partido Social Cristão:

O Senador Mão Santa e o Presidente do Partido Social Cristão de Parnaíba, professor Flávio Ayres, têm o prazer de convidá-los para o encontro do PSC da

região norte do Estado do Piauí, que contará com a presença de líderes das oposições coligadas, e para o lançamento do livro do Senador Mão Santa Minha Vida no Senado, que será no dia 27 de fevereiro de 2010, sábado, na cidade de Parnaíba, Piauí, no auditório do Hotel Cívico, das 16 horas às 19 horas.

Partido Social Cristão.”

Eu o encaminho aos Secretários Executivos Dr. João Pedro e Dr. José Roberto.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Pela ordem, concedo a palavra ao Líder Garibaldi Alves.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Por gentileza do nobre Presidente, fui procurado há poucos instantes, e perguntaram-me se eu queria falar. Realmente, não quero falar, Sr. Presidente. Falar suporia que eu iria fazer um discurso nesta tribuna. Desde já, tranquilizo aqueles que estão trabalhando aqui e que querem que o expediente se encerre mais cedo. Eu gostaria apenas de fazer uma comunicação, um apelo, porque, amanhã, haverá a sabatina do Sr. Dr. Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo, que é Diretor do Banco Central. Ele será sabatinado amanhã, às 10 horas, na Comissão de Assuntos Econômicos. Gostaria de fazer essa comunicação, esse apelo aos membros da Comissão, pois se trata de um dirigente do Banco Central a ser escolhido e que será sabatinado. Ele terá a responsabilidade de tratar dos problemas da área internacional daquele Banco.

Era essa a comunicação que eu queria fazer, Sr. Presidente. Desde logo, congratulo-me com V. Ex^a pelo fato de encontrá-lo novamente – o que, para mim, não é surpresa – impávido aí na Presidência dos nossos trabalhos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Alegria-nos, sobretudo, a recuperação do pai de V. Ex^a, que é Garibaldi Alves, pessoa querida em todo o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} Senadoras e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

1

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 469, DE 2009

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 469, de 2009, que *abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da*